

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CADERNO DE ENCARGOS 017-DCP-2025

LOCAÇÃO DE STANDS E TENDAS PARA EVENTOS CULTURAIS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Duração do contrato.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i>	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações do adjudicatário.....	4
Cláusula 5. ^a - Fatura Eletrónica.....	5
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados</i>	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 7. ^a - Proteção de dados.....	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCÓBAÇA.....	6
Cláusula 8. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 9. ^a - Preço base.....	6
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	7
Cláusula 11. ^a - Outras obrigações do Município.....	7
CAPÍTULO III - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	7
Cláusula 12. ^a - Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	7
Cláusula 13. ^a - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	8
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	9
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça.....	9
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do fornecedor.....	9
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS.....	10
Cláusula 16. ^a - Garantia de cumprimento contratual.....	10
Cláusula 17. ^a - Seguros.....	10
CAPÍTULO IV - GESTÃO DO CONTRATO.....	10
Cláusula 18. ^a - Supervisão e controlo.....	10
Cláusula 19. ^a - Funções do gestor do contrato.....	11
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	11
Cláusula 20. ^a - Comunicações e notificações.....	11
Cláusula 21. ^a - Legislação aplicável.....	12
ANEXO A - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	13
Cláusula 1. ^a - Especificações do LOTE 1 – STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS 2025.....	13
Cláusula 2. ^a - Fornecimento contínuo para o LOTE 1.....	15
Cláusula 3. ^a - Especificações do LOTE 2 – CASINHAS DE MADEIRA PARA COMEMORAÇÕES NATALÍCIAS 2025.....	16
Cláusula 4. ^a - Critérios ambientais.....	17

**CADERNO DE ENCARGOS - 017-DCP-2025 - LOCAÇÃO DE STANDS E TENDAS PARA
EVENTOS CULTURAIS**

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

- 1 – O presente concurso tem como objeto principal a **locação de stands, tendas e equipamentos para eventos culturais**.
- 2 – O presente concurso compreende os seguintes lotes:
 - LOTE 1 - Stands, tendas e equipamentos para eventos culturais diversos de 2025;
 - LOTE 2 – Casinhas de madeira para comemorações natalícias 2025.
- 3 – Os concorrentes podem apresentar proposta para apenas um lote, sendo que terão de apresentar proposta para locação de todos os equipamentos contemplados no lote.
- 4 – Trata-se de um procedimento de locação operacional de bens móveis, aplicando-se o tratamento previsto nos artigos 431.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.^a - Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário

nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
- d) Confirmados os compromissos no mesmo prazo dado para entrega dos documentos de habilitação, se for o caso, de haver compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª – Duração do contrato

O contrato inicia-se após adjudicação e mantém-se em vigor nos seguintes termos:

- LOTE 1 – STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS DE 2025 - com execução faseada e duração máxima até 31 de dezembro de 2025, caso não se esgote inteiramente o valor definido antes desse período; e
- LOTE 2 –CASINHAS DE MADEIRA PARA COMEMORAÇÕES NATALÍCIAS 2025 - com execução de 25 de novembro de 2025 a 7 de janeiro de 2026.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação principal de cumprir com zelo a execução da locação do equipamento contratado de acordo com as especificações solicitadas no presente caderno de encargos.

2 — É da responsabilidade do adjudicatário:

- a.** Transporte, montagem e desmontagem do equipamento;

- b.** Todos os seguros necessários à atividade que exerce, incluindo o seguro para os equipamentos;
- c.** Equipa técnica permanente para cumprir os programas.

3 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à locação, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5^a – Fatura Eletrónica

- 1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).
- 2 — O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 6.^a - Objeto do dever de sigilo

- 1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcobaca, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a – Proteção de dados

- 1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “*o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré*

– *contratuais a pedido do titular de dados*”, e “*o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito*”.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 — Nos termos da Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1 — Pela execução das locações objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 — Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.

Cláusula 9ª – Preço base

1 - O preço base global para o contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de €228.325,00+ IVA, com os seguintes preços base por lote:

- LOTE 1 –STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS DE 2025 – com preço base do lote definido de €214.925,00+IVA; e
- LOTE 2 –CASINHAS DE MADEIRA PARA COMEMORAÇÕES NATALÍCIAS 2025 – com preço base definido de €13.400,00+IVA.

2 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 10.^a - Condições de pagamento

- 1 — As quantias devidas pelo Município de Alcobça nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e deve fazer sempre referência ao n.º de compromisso, processo e requisição externa.
- 2 — Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a realização da locação objeto do contrato.
- 3 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 11.^a – Outras obrigações do Município

Será da responsabilidade do Município o fornecimento de:

- Licenciamentos necessários, relativos ao evento;
- Seguro de responsabilidade civil, no que respeita à responsabilidade como organizador do evento;
- Fornecimento de energia elétrica para o evento.

Capítulo III – Cessão da posição contratual

Cláusula 12.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

- 1 - A subcontratação pelo prestador de serviço / fornecedor / locador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Cláusula 13.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo IV – Resolução do contrato

Cláusula 14.^a - Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato de locação superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcobça.

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 16.^a - Garantia de cumprimento contratual

- 1 — Não é exigida a prestação de caução.
- 2 — O Município pode proceder à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 17.^a - Seguros

- 1 — É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.
- 2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 1 dia útil.

Capítulo IV – Gestão do contrato

Cláusula 18.^a – Supervisão e controlo

- 1 — O gestor do contrato, conforme exigido no artigo 290.º-A do CCP, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato será comunicado ao adjudicatário aquando da notificação da adjudicação.
- 2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne à execução das locações, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.
- 3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
- 4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 19.^a – Funções do gestor do contrato

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 20.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a – Especificações do LOTE 1 – STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS 2025

1 — O objeto do contrato contempla o fornecimento faseado, sob regime de locação de material, nos termos definidos na cláusula 2.^a deste anexo, pelo período máximo até 31 de dezembro de 2025, considerando-se os seguintes materiais:

LOTE 1 – STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS			
COD.	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.
1.1	<i>STANDS INTERIOR:</i> <i>MÓDULOS de 3x3x2,5mt:</i> <ul style="list-style-type: none">Placas laminadas brancas ou faiaPerfil de alumínio (cinza ou prata)Piso revestido a alcatifa ou linóleoInstalação elétrica - 1 quadro mono ou trifásico, a indicar, e 1 barra de iluminação – armadura de led 36 watts ou 2 de 18 wattsLettering de identificação	unidade	40
1.2	<i>STANDS EXTERIOR:</i> <i>MÓDULOS de 3x3x2,5mt, cobertos com cobertura em lona em cone:</i> <ul style="list-style-type: none">Placas laminadas brancas, ou faiaPerfil de alumínio (cinza ou prata)Piso em estrado revestido a alcatifa ou linóleoCobertura cônica em tela (lona branca)Instalação de 1 quadro elétrico mono ou trifásico, a indicar, e 1 barra de iluminação – armadura de led 36 watts ou 2 de 18 wattsLettering de identificaçãofecho em lona, estore ou pala	unidade	130
1.3	<i>TASQUINHAS INTERIOR:</i> <i>TASCA de 4x5x2,5mt, com divisória interior:</i> <ul style="list-style-type: none">Placas laminadas brancas, pretas ou em faiaPerfil de alumínio (cinza, prata ou preta)2 Barras de iluminação, uma em cada divisória da tasca barra de iluminação [armadura de led 36 watts ou 2 de 18 watts]iluminação adequada e em conformidade com legislação em vigor2 quadros elétricos (um em cada um dos lados do interior) trifásicos com proteção de 32 amperes por quadroFrete em balcão com fecho em: Lona, Estore ou PalaLettering com identificação de cada participantePiso em linóleo1 porta com fechaduraParedes divisórias2 lava-loiças com mínimo de 120 cm, com misturadora monocomando quente e fria1 Exaustor1 Cilindro elétrico para água quente1 Pia lava mãos, com pedal1 Eletrocutor pequeno	unidade	17
1.4	<i>TASQUINHAS EXTERIOR:</i> <i>TASCA de 4x5x2,5mt, com divisória interior:</i>	unidade	16

LOTE 1 – STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS			
COD.	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.
	<ul style="list-style-type: none"> Placas laminadas brancas, pretas ou em faia Perfil de alumínio (cinza ou prata ou preta) Cobertura impermeável, com cobertura em lona em cone 2 Barras de iluminação, uma em cada divisória da tasca barra de iluminação [armadura de led 36 watts ou 2 de 18 watts] iluminação adequada e em conformidade com legislação em vigor 2 quadros elétricos (um em cada um dos lados do interior) trifásicos com proteção de 32 amperes por quadro Frente em balcão com fecho em: Lona, Estore ou Pala Lettering com identificação de cada participante Piso em estrado revestido a linóleo 1 porta com fechadura Paredes divisórias 2 lava-loiças com mínimo de 120 cm, com misturadora monocomando quente e fria 1 Exaustor 1 Cilindro elétrico para água quente com o mínimo de capacidade de 50 lts 1 Pia lava mãos, com pedal 1 Eletrocutor pequeno 		
1.5	<i>TENDAS de formato 2 águas</i> , com o mínimo de 5m de altura, em lona, ou material idêntico, opaco ou cor com a respetiva estrutura, com montagem e desmontagem incluída e com instalação elétrica e iluminação	m2	775
1.6	<i>TENDAS de formato orbital</i> , com o mínimo de 12m de altura, em lona, ou material idêntico, teto opaco ou translúcido e laterais translúcidas ou opacas, com a respetiva estrutura, com montagem e desmontagem incluída e com instalação elétrica e iluminação	m2	2400
1.7	<i>TENDAS de formato cónico</i> , com o mínimo de 3,5m de altura, em lona, ou material idêntico, opaco ou cor com a respetiva estrutura, com montagem e desmontagem incluída e com instalação elétrica e iluminação	m2	25
1.8	<i>TENDAS Berber/Tarki</i> , tensionada semi permanente, fabricada em tela Strecht, estrutura de suporte em pilar de madeira tratada, cor bege, eletrificada com luzes tipo arraial.	m2	300
1.9	<i>MATERIAIS: Alcatifa</i> , com 3 mt de largo para os corredores, com plástico de proteção (disponibilização de várias cores para escolha)	m2	1302
1.10	<i>MATERIAIS: Estrados</i> , com estrutura de perfis metálicos nivelantes e placas em contraplacado marítimo	m2	890
1.11	<i>MATERIAIS: Linóleo</i> (disponibilização de várias cores para escolha)	m2	670
1.12	<i>MATERIAIS: Paredes</i> , em termolaminado branco, preto ou faia, com 2,5 mt de altura	Metro linear	80
1.13	MATERIAIS: Projetores de iodetos metálicos 70w ou correspondente em LED	unidade	5
1.14	MATERIAIS: Projetores de iodetos metálicos 150w ou correspondente em LED	unidade	4
1.15	MATERIAIS: Projetores de iodetos metálicos 250w ou correspondente em LED	unidade	4
1.16	MATERIAIS: Quadros elétricos monofásicos, com proteção de 32 amperes	unidade	4
1.17	<i>MATERIAIS: Quadros elétricos trifásicos</i> , com proteção de 32 amperes	unidade	2
1.18	<i>MATERIAIS: Barra de iluminação</i>	unidade	4

LOTE 1 – STANDS, TENDAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS CULTURAIS DIVERSOS			
COD.	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.
1.19	MATERIAIS: Mesas madeira ou metal, quadradas, de esplanada, com dimensões aproximadas de 1 m2	unidade	2
1.20	MATERIAIS: Conjunto de 1 mesa redonda com 4 cadeiras em madeira ou metal com aproximadamente 1 m2	unidade	2
1.21	MATERIAIS: Vitrine 100x46x175	unidade	1
1.22	MATERIAIS: Vitrine 60x60x175	unidade	1
1.23	MATERIAIS: Porta com fechadura	unidade	15
1.24	MATERIAIS: Balcão sem estore, com cerca de 2,5 a 3 metros de largura	unidade	1
1.25	MATERIAIS: Lava-loiças, com cerca de 120cm e torneira misturadora monocomando quente e fria	unidade	1

2 — Os pedidos serão solicitados em regime faseado mediante requisição por parte da Divisão de Contratação Pública do Município de Alcobça, de acordo com as condições definidas na cláusula 2.ª deste anexo.

3 — Todos os materiais deverão estar em perfeitas condições de segurança, higiene e conservação (devidamente limpos, pintados, sem falhas e mossas).

4 — Todos os equipamentos com ligação elétrica (incluindo stands, tascas e tendas) terão obrigatoriamente de ficar ligados ao(s) quadro(s) de alimentação do evento.

5 — As lâmpadas a colocar terão de ser de baixo consumo e sempre que necessário de anti – estilhaço.

6 – Todos os equipamentos elétricos e de iluminação apresentados devem ser de baixo consumo e respeitar as normas legais em vigor.

7 — É da responsabilidade do adjudicatário a colocação de sinalização refletora de emergência em todas as tendas.

8 — Exige-se a entrega de projeto dos stands e tendas com memórias descritivas e peças desenhadas e termo de responsabilidade antes do início das montagens.

9 — Permanência de um técnico durante todo o evento para assistência.

Cláusula 2.ª – Fornecimento contínuo para o LOTE 1

1 – Cada pedido no âmbito destes lotes só poderá ser efetuado na sequência de requisição externa associada ao n.º de compromisso deste contrato, emitida pela Divisão de Contratação

Pública do Município de Alcobça, na qual deverão ser aplicados os preços unitários contratualizados.

2 — Os pedidos serão solicitados em regime faseado.

3 — Os pedidos de material serão solicitados pelo Município até 5 dias antes do início da atividade, sendo que a montagem terá de estar concluída 72 horas antes da referida inauguração. A desmontagem deverá ser iniciada 24 horas após o encerramento do evento (aplicação do artigo 432.º do CCP com remissão ao capítulo sobre contratos de aquisição de bens móveis).

4 — A requisição externa é enviada para o adjudicatário, com discriminação dos materiais a solicitar, quantidades, datas e locais dos eventos, o qual deverá fornecer no prazo e demais condições acordadas, sendo obrigatoriamente mencionado na fatura o n.º da requisição externa a que diz respeito, assim como o n.º de compromisso que será comunicado aquando da notificação da adjudicação.

5 — A entidade adjudicante não se responsabiliza por eventuais serviços que não respeitem as condições indicadas nos pontos anteriores.

Cláusula 3.ª – Especificações do LOTE 2 – CASINHAS DE MADEIRA PARA COMEMORAÇÕES NATALÍCIAS 2025

1 — O objeto do contrato contempla o fornecimento, sob regime de locação de material, dos seguintes materiais:

LOTE 3 – CASINHAS DE MADEIRA PARA COMEMORAÇÕES NATALÍCIAS 2024			
COD.	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.
3.1	CASINHAS DE MADEIRA, com: <ul style="list-style-type: none">• Medidas aproximadas de 2,5X2,5X2,5 mt• Frente- Porta 1• Frente - Balcão 1• Lateral - 2• Cobertura impermeável• Porta-1• Pala Superior - frente 1• Pala Superior - laterais 2• Telhado - impermeável em duas águas• Instalação elétrica Instalação de 1 quadro elétrico mono ou trifásico, a indicar, e 1 barra de iluminação – armadura de led 36 watts ou 2 de 18 watts	unidade	25

2 – Todas as montagens têm de estar concluídas até ao dia 25/11/2025.

3 - As desmontagens terão início na manhã dia 07/01/2026, tendo de estar concluídas no final do dia 08/01/2026.

4 - A empresa terá de manter os seus técnicos no local, no mínimo até 4 horas após a inauguração do evento, para eventualidade de ser necessário algum serviço de última hora.

5 - Assistência de técnicos de eletricidade e outros, durante o período em que decorre o evento.

6 - Todos os materiais deverão estar em perfeitas condições de higiene e conservação.

7 - Todos os equipamentos elétricos terão de ficar ligados ao quadro para correto funcionamento do evento.

8 - Todo o material elétrico deve ser em leds ou economizador de energia.

9 - As montagens e desmontagens devem ser efetuadas com equipamentos/máquinas que não danifiquem o pavimento existente no espaço.

Cláusula 4.^a – Critérios ambientais

As locações no âmbito do presente procedimento, devem cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.